



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 25 DE JULHO
DE 2019**

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.....

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.....

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente Jorge Pato e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

O **Presidente da Câmara**, começou por dar conhecimento aos presentes do falecimento de uma funcionária do Município a D. Aida Duarte, querendo deixar publicamente o seu Voto de Pesar.

Informou ainda ter tido conhecimento através dos Julgados de Paz, do falecimento do Juiz Conselheiro Jaime Octávio Cardona Ferreira, deixando também relativamente a este o seu Voto de Pesar.

Reportando-se ao Rio Cértima e à recente mortandade de centenas de peixes, referiu que da investigação realizada não havia indícios de poluição, porém o motivo apontado era a existência de pouca água no leito do rio, o que não permitia uma boa oxigenação originando assim a morte dos peixes, não obstante de se ter feito recolha de água e se ter mandado analisar para se confirmar se efetivamente era essa a causa. Informou que ao contrário da Câmara Municipal de Águeda que tinha entendido não fazer a recolha de peixes mortos o Município de Oliveira do Bairro tinha vindo a proceder a essa recolha, e enviou também para análise exemplares de peixes.

Acrescentou que essa informação tinha sido dada pelo SEPNA e também pelos responsáveis do



Oliveira do Bairro câmara municipal

regime hídrico, que estiveram presentes em reunião realizada na presente data na Câmara Municipal, os quais visitaram também o local, na senda de outras situações que o Município pretende resolver, tais como a limpeza do rio. Referiu que tinha ficado pré agendada uma nova reunião para serem debatidas várias outras situações, que durante vários anos não foram debatidas, onde é pretensão que estejam presentes as duas autarquias Águeda e Oliveira do Bairro e os responsáveis do regime hídrico, para se encetar um procedimento conjunto.

Relativamente ao Palacete de Bustos, disse que já tinham passado alguns meses desde que o Município tinha entendido aceitar a doação do mesmo, no entanto tem havido algumas dificuldades para que o Município possa assumir aquilo a que se tinha comprometido. Deu nota que estava previsto que um mês depois do compromisso, se estaria a fazer a escritura, mas tal não tinha sido possível por várias razões, nomeadamente falhas da direção do ABC que não conseguiu ter os assuntos devidamente tratados, dificultando assim a intervenção do Município no edifício, intervenção essa que era premente em particular nos locais onde a degradação está mais acentuada, tendo apenas intervindo numa situação, no âmbito da proteção civil, devido ao risco que se verificava.

Solicitou ao Vice-Presidente da Câmara, que estando dentro do assunto, desse nota da situação da propriedade horizontal do edifício e dos respetivos registos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, deu nota que havia uma propriedade horizontal que tinha sido mal constituída, situação que tinha que ser resolvida. Acrescentou que o ABC tinha um problema de falta de espaço para cumprir com aquilo que era exigido pela Segurança Social, passando também por aí o problema da propriedade horizontal, aguardando por isso que o ABC consiga solucionar a questão. Referiu que da parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal tem havido toda a colaboração possível para que a situação seja resolvida, mas teria que ser o ABC a resolver a questão.

O **Vereador Rui Santos**, sobre a mortandade de peixes verificada no rio Cértima, disse ser uma situação de lamentar, mas acreditava que o motivo da falta de oxigénio pelo baixo caudal de água no rio, seja o motivo para a situação verificada. Acrescentou que poderiam ser tomadas várias diligências no sentido de minorar o que estava a acontecer.

Ainda sobre o assunto dos rios, questionou se havia contratos de arrendamento, por parte da Câmara Municipal, de terrenos junto ao rio Levira e, caso existissem, solicitou que lhe fosse facultada cópia dos mesmos.

Reforçando o pedido que tinha feito em reunião anterior, disse que gostaria que lhe fosse facultado, com alguma brevidade o critério de cálculo, para atribuição de subsídios às associações, no sentido de ajudar a esclarecer as dúvidas que lhe têm sido suscitadas.

Apresentou uma proposta sobre a Expo Bairrada, a qual faz parte integrante desta ata, como anexo.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reportando-se à explicação dada pelo Presidente da Câmara sobre o Palacete de Bustos, disse que a mesma deveria ser também dada á população, porque pode haver



Oliveira do Bairro câmara municipal

outras interpretações relativas ao que é a real condução do processo.

Sobre a situação do rio Cértima, estendendo-se também ao rio Levira e outros afluentes, disse que a sugestão de limpeza dos mesmos, referida pelo Presidente da Câmara, também era uma sugestão sua, para que se fizesse, assumindo o Município de Oliveira do Bairro uma posição dianteira na abordagem do problema existente no Concelho já há algum tempo, arrastando nesse processo os outros Municípios, pelos quais os rios passam.

Acrescentou que não se tratava apenas de causas naturais, mas também situações causadas pelo homem, quer seja ao nível agrícola ou industrial, estando também interligado com os projetos dos circuitos pedonais que se tem vindo a debater, quer de outros projetos a nível particular, estando-se de agora em diante mais atento de forma a que esses projetos ao serem executados não interfiram negativamente com a valorização do espaço.

Louvou a postura do Presidente da Câmara, na remoção dos peixes mortos e no agendamento da reunião com os responsáveis pelo regime hídrico, fazendo questão da presença de um representante da Câmara Municipal de Águeda, demonstrando assim que está a tomar a dianteira no processo.

Sobre as obras de requalificação da Igreja Matriz de Oliveira do Bairro, valorizou o investimento feito não só pela renovação do edifício em si, mas também pela contribuição de embelezamento da própria cidade. Questionou se o Município tem acompanhado as entidades que estão envolvidas na requalificação da Igreja Matriz, uma vez que se estava a avançar com as obras das PARUS, que iam acontecer em toda a parte envolvente da Igreja, de forma a que não prejudiquem a requalificação já feita no edifício.

Disse ter verificado que tem havido intervenções, no sentido de reparar a “*cratera*” que tinha dado nota, localizada na zona da Feiteira.

Questionou se havia algum prazo para serem colocadas em prática as deliberações tidas em Reunião de Câmara e posteriormente em Assembleia Municipal, nomeadamente no que diz respeito à sinalização e colocação de lombas, já deliberadas.

O **Vereador António Mota** questionou relativamente ao compromisso assumido pelo Presidente da Câmara de que um determinado assunto seguisse para quem de direito até ao dia quinze de julho, se o prazo tinha sido cumprido ou não.

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara alertou que cada vez mais se tinha que ter algum cuidado com afirmações proferidas nas conversas tidas com dirigentes associativos, com munícipes, alguns deles conhecedores de alguns processos.

Relativamente às redes sociais geridas pela Câmara Municipal, disse que estava cansado de ouvir falar no Balcão Empresa, porque o que gostaria que fosse publicado, era os projetos de alargamento das zonas industriais, demonstrando assim a vontade no investimento. Questionou qual era a função do Balcão Empresa e como era o segundo a nível Nacional, deveria ser muito concorrido e com



Oliveira do Bairro câmara municipal

grandes projetos oriundos do referido Balcão.

Sobre as obras da Feiteira, solicitou ao Presidente da Câmara que quantificasse o valor da obra, porque era uma obra que já durava há algum tempo, que deveria ter sido bem estudada, do ponto de vista técnico e executada por uma empresa que soubesse o que estava a fazer. Fez referência ao estacionamento que confina com um jardim de uma habitação, lamentando que o Presidente da Câmara não tenha chegado a acordo com o proprietário do mesmo, de forma a disfarçar, porque para si era um erro urbanístico muito grave o que se verifica no local.

Relativamente à questão do Palacete, disse que para si era mais uma trapalhada, porque com a quantidade de reuniões que o Presidente da Câmara tinha dito que tinham existido de forma a prepararem todo o processo que em 28 de fevereiro foi aprovado em reunião de Câmara, para a possibilidade de aceitar a doação do edifício, só agora se chegava à conclusão que havia um erro de propriedade horizontal era lamentável.

Questionou como é que estava a situação das deliberações aprovadas por unanimidade, de propostas da Câmara Municipal que iam no sentido de promoverem o estudo do Torreão.

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, como representante máximo do Concelho de Oliveira do Bairro, disse que deveria exigir mais respeito no trato em relação à sua pessoa, porque lhe custava ouvir, tanto dirigentes associativos como munícipes ou funcionários, a tratarem o Presidente da Câmara pelo nome próprio, que na sua opinião era de um populismo bacoco e parolo, parecendo que já não havia Presidente da Câmara, mas sim o Duarte.

O **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente ao Balcão Empresa informou que o mesmo tem tido alguma frequência, admitindo que não aquela que era desejada, mas todas as pessoas que se dirigem ao mesmo são obviamente atendidas. Acrescentou que nesse sentido terá que haver um maior trabalho de divulgação no sentido de os empresários do Concelho, e não só, terem conhecimento da existência do mesmo e recorrerem aos serviços sempre que seja necessário.

O **Presidente da Câmara**, relativamente à questão dos critérios de atribuição de subsídios às associações convidou o Vereador Rui Santos a consultar os processos, onde consta um relatório que poderá responder às dúvidas existentes.

Agradeceu a proposta apresentada, sendo dessa forma que se construía o melhor para o Concelho. Sobre o contrato de arrendamento dos terrenos junto ao rio Levira, sugeriu também que o Vereador se dirigisse aos serviços para que junto, com a técnica que tem acompanhado todo o processo pudesse consultar e esclarecer as dúvidas existentes.

Reportando-se à requalificação da Igreja Matriz de Oliveira do Bairro, disse que precisamente pela preocupação da execução das PARUS naquela área envolvente, já havia em tempos uma abordagem, contudo presentemente os arquitetos municipais em conjunto com o Padre Francisco estavam a trabalhar de forma a enquadrar os arranjos exteriores.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Acrescentou que as obras de requalificação da Igreja Matriz se iriam confinar apenas ao edifício e não ao adro.

Sobre a questão da sinalização, informou que tinha sido lançado um concurso público, acreditando que brevemente esteja concluído para que se possa avançar com a colocação da mesma.

No que respeita às obras na Feiteira, respondendo à questão colocado pelo Vereador António Mota, referiu que assim que tivesse consigo os valores daria nota dos mesmos.

Sobre a questão do 15 de julho, disse que tudo que tem vindo a ser levantado pelo Vereador António Mota, tem tido o encaminhamento para as entidades competentes, não deixando de fazer o que era a sua obrigação.

Relativamente às questões do Palacete esclareceu que estava tudo pronto para fazer o registo da propriedade horizontal sendo o mesmo negado, porque havia problemas de duplicação numa fração, tendo o processo voltado para trás, estando atualmente o ABC numa fase crucial de legalização, não havendo trapalhada nenhuma.

Reportando-se ao populismo disse que cada um tem o seu estilo, a sua forma de estar e as pessoas não deixam de respeitar o Presidente da Câmara, sendo assim que era tratado em todos os locais que vai, no entanto se estiver em situações particulares, com amigos era para si normal que o tratem pelo seu nome próprio.

PONTO 2 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2019

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 13 de junho de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 13 de junho de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2019

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 21 de junho de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 21 de junho de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 140|GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E CULTURA DE BUSTOS

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto, e o Vereador António Mota.....

A **Vereadora Lília Ana Águas**, referiu que desde o presente ponto até ao 12.º da Ordem de Trabalhos, se tratava de atribuição de subsídios de estrutura às associações não desportivas do Concelho de Oliveira do Bairro, mais propriamente às IPSS.

Esclareceu que a atribuição dos subsídios, tinha por base critérios específicos, ou seja, todas elas têm um valor base de 4.000,00 € (quatro mil euros), valor definido já no ano anterior e depois critérios de ponderação que tem a ver com o número de utentes, idosos e/ou crianças, passando a dar o número de utentes de cada IPSS e o valor atribuída a cada uma delas.....

Referiu que o valor total da atribuição de subsídios às IPSS, é de 40.620,00 € (quarenta mil, seiscentos e vinte euros).....

O **Vereador António Mota**, referiu que pela explicação dada pela Vereadora Lília Ana Águas não existiam dúvidas, quanto à forma de atribuição dos subsídios.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Beneficência e Cultura de Bustos, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 4.480,00 € (quatro mil quatrocentos e oitenta euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 140/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Beneficência e Cultura de Bustos;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

.....
PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 141 | GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PERRÃES

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação dos Amigos de Perrães, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 4.370,00€ (quatro mil trezentos e setenta



Oliveira do Bairro câmara municipal

euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 141/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação dos Amigos de Perrães;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 142 | GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – CASA DO POVO DA MAMARROSA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Casa do Povo da Mamarrosa, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 4.030,00€ (quatro mil e trinta euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 142/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Casa do Povo da Mamarrosa;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 143 | GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – CENTRO AMBIENTE PARA TODOS

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro Ambiente para Todos, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 4.460,00€ (quatro mil quatrocentos e sessenta euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 143/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o



Oliveira do Bairro câmara municipal

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 144 | GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – CENTRO SOCIAL DE OIÃ.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro Social de Oiã, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 4.650,00€ (quatro mil seiscentos e cinquenta euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 144/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Centro Social de Oiã; ..

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 145 | GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. PEDRO DA PALHAÇA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro Social Paroquial de S. Pedro da Palhaça, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 4.740,00€ (quatro mil setecentos e quarenta euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 145/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Centro Social Paroquial de S. Pedro da Palhaça;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 146 | GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA BAIRRO.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 5.010,00€ (cinco mil e dez euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 146/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 11 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 147 | GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – SOBUSTOS - ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS, ARTE, DESPORTO, CULTURA, RECREIO E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA FREGUESIA DE BUSTOS

Por se declarar impedido, o Vereador Álvaro Ferreira, nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na discussão e votação do presente assunto, declaração de impedimento que foi aceite pelo Presidente da Câmara.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à SOBUSTOS - Associação de Melhoramentos, Arte, Desporto, Cultura, Recreio e Solidariedade Social da Freguesia de Bustos, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 4.190,00€ (quatro mil cento e noventa euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 147/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a SOBUSTOS - Associação de Melhoramentos, Arte, Desporto, Cultura, Recreio e Solidariedade Social da Freguesia de Bustos;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 148 | GAP – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO GERAL – SOLSIL – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO SILVEIRO



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à SOLSIL – Associação de Solidariedade Social do Silveiro, referente à medida de apoio ao desenvolvimento associativo geral, no valor de 4.690,00€ (quatro mil seiscentos e noventa euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 148/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 22 de julho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a SOLSIL – Associação de Solidariedade Social do Silveiro;.....

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Cláudia Rodrigues como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO APRESENTADA PELA UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL DE 2.º GRAU FINANCEIRA, DE GESTÃO DE PATRIMÓNIO – ADENDA AO PROTOCOLO RELATIVO À INTEGRAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Álvaro Ferreira e António Mota.

O **Presidente da Câmara**, disse que há muito se falava na renegociação salarial da equipa permanente dos Bombeiros existentes nos Municípios, e que o valor, entretanto tinha sido estabelecido e agora cabia ao Município acompanhar o acréscimo de comparticipação aos Bombeiros, nos termos do que tinha sido definido na legislação.

Informou que a decisão tomada iria ter efeitos a um de julho, conforme era referido na informação enviada aos Vereadores, assim como estava quantificado o acréscimo que o Município iria suportar.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, indo ao encontro do que tinha sido referido pelo Presidente da Câmara, afirmou que outros Municípios estavam a acompanhar a regularização salarial das equipas em regime de permanência.

Disse que pela documentação enviada, era verificado que no Município de Oliveira do Bairro, existiam apenas quatro elementos nessa situação no corpo de Bombeiros, questionando se há a possibilidade de haver um quinto elemento, como era referido no protocolo assim como no Diploma que refere a necessidade de as equipas serem constituídas por cinco elementos.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que pela saída de um dos elementos da equipa, a mesma tinha ficado reduzida, sabendo que a direção dos Bombeiros estava empenhada em colmatar essa necessidade e o Município tem folga no orçamento para acompanhar a entrada de mais um elemento para a equipa, não havendo por isso nenhum entrave.

O **Vereador António Mota**, referiu que não fazia sentido nenhum estar perto do mês de agosto e não



Oliveira do Bairro câmara municipal

ter a equipa permanente completa, porque é nos meses de verão que os Bombeiros são mais solicitados. Acrescentou que era um processo de já deveria ter sido tratado de forma a estar pronto a atuar no momento crítico.

O **Presidente da Câmara**, informou que o trabalho para encontrar o quinto elemento já estava a ser feito há muito tempo, que passa por um processo de seleção, e que a direção dos Bombeiros, assim que soube da saída de um dos elementos, preocupou-se logo em arranjar um substituto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente, celebrado em 27 de janeiro de 2012, anexa à Informação apresentada pela Unidade Orgânica Flexível de 2.º Grau Financeira, de Gestão e Património, datada de 19 de julho de 2019, nos exatos termos ali constantes, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais.

PONTO 14 – RELATÓRIO FINAL DO PROCEDIMENTO CONCURSAL CP4/2019” P04 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA DOS BOMBEIROS E RUA ANTÓNIO OLIVEIRA E ROCHA” - ADJUDICAÇÃO À FIRMA VITOR ALMEIDA E FILHOS, SA, PELO VALOR DE 543,496,80€ + IVA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que se tratava do relatório final do concurso da empreitada P04, que se localiza de frente ao edifício da antiga Cerâmica Oliveira e Rocha, que faz a ligação da estação de caminho de ferro até ao viaduto da nacional 235.

Recordou que o valor do concurso era de pouco mais de seiscentos mil euros, tendo a empresa mencionada ganho o concurso pelo valor indicado. Após o concurso a empreitada foi adjudicada à firma Vítor Almeida e Filhos.

Referiu que também estava presente a minuta de contrato para aprovação, de forma a seguir-se todos os procedimentos legais, para se dar início à empreitada.....

O **Vereador António Mota**, disse que, na sua opinião, no relatório que está em análise deveriam constar as empresas que foram a concurso e os respetivos valores apresentados, apesar de saber que pode consultar o processo se assim o entender, mas ficava bem.

Quanto ao valor que foi adjudicado, disse que para um gestor não era fácil, porque os valores ficam muito aquém do que está previsto, dando a entender que os serviços técnicos estão com problemas de consulta para os serviços base, porque tem acontecido com várias obras, a mesma situação.

Recordou que só em duas obras, o valor é cerca de trezentos mil euros a menos, contudo as obras eram comparticipadas em 85% pelo Quadro Comunitário de Apoio e isso traduz-se num valor elevado



Oliveira do Bairro câmara municipal

que o Município irá deixar de receber, cerca de duzentos e sessenta mil euros, porque o Quadro Comunitário de Apoio, só irá comparticipar, mediante os valores do total ilegível.....

Referiu, ainda, que se estava para ver o que iria acontecer com trabalhos a mais ou imprevistos no projeto e sobre esses não cabia qualquer tipo de comparticipação.

Afirmou que eram situações que não deviam acontecer e que os técnicos deveriam ter outro cuidado na orçamentação de uma obra.

Questionou como é que se iria resolver a questão perante a CIRA, porque foi contratualizado, considerando o preço base de cada obra, no âmbito das PARUS, com a descida de valor, há seiscentos mil euros de contratualização prevista que o Município não vai gastar.

Questionou ainda se o Município iria ser compensado, em termos de novas obras, perante o que tinha referido. Questionou também se o Presidente da Câmara iria ter capacidade de exigir novas obras, pelo facto de ter gasto menos do que o valor inicialmente previsto.

O **Vereador Rui Santos**, questionou se o relatório final estava legalmente correto para ser presente a deliberação da Câmara, porque achou o documento tão simplista que ficou com a dúvida.

O **Presidente da Câmara**, referiu que segundo informação dos serviços o documento está em conformidade.....

Quanto ao número de empresas que tinham concorrido disse não conseguir precisar, mas o procedimento estava disponível para consulta se assim o entendessem.....

Esclareceu que relativamente às PARUS, começaram a ser suportadas nos 85%, nas primeiras candidaturas e os apoios definidos como máximo, estavam todos esgotados, ou seja, os valores da obra estavam muito acima dos 85% e assim a preocupação do Vereador António Mota, estava salvaguardada. Acrescentou que apesar da comparticipação ser na ordem dos duzentos mil euros e a obra estar orçada nos seiscentos mil euros, o Município não deixou de fazer a obra.

Relativamente à questão da orçamentação, esclareceu que as obras das PARUS tinham sido todas projetadas pelo gabinete contratado para o efeito, foram alvo de revisão de projeto que incidiu principalmente nas partes técnicas e as suas correções e depois disso foi enviado novamente à equipa projetista para que fossem redefinidos os valores de forma a ser levado a concurso.

Disse ficar satisfeito quando se reduz o valor pelo qual o procedimento é levado a concurso e ficaria insatisfeito se o concurso ficasse deserto, o que começava a acontecer pela falta de mão de obra do setor.....

Referiu que no âmbito dos concursos públicos, há sempre a incerteza de como é que vão ser respondidos e por isso não é fácil saber o valor a orçamentar para um determinado projeto.....

O **Vereador António Mota**, esclareceu que quando falou dos técnicos, era no sentido de que nas obras que os mesmos não orçamentavam, pelo menos que verifiquem a questão, porque cada vez se vê mais que os gabinetes que orçamentam as obras, têm ligações perigosas e para evitar isso as



Oliveira do Bairro câmara municipal

orçamentações dos projetos devem sempre ser revistos pelos serviços técnicos da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, adjudicar a Empreitada “P04 – Requalificação do Espaço Público da Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira Rocha” à firma Vítor Almeida & Filhos, S.A., pelo valor da sua proposta no montante de 543.496,80 € (quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e seis euros e oitenta centimos) + IVA, conforme Relatório Final do Júri do Procedimento datado de 8 de julho de 2019 e aprovar a Minuta de Contrato, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 15 - E-MAIL DA ADAMA – ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE MALHAPÃO, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO E MONTAGEM DE 8 BARRAQUINHAS, 3 BANCAS E 16 ARBUSTOS, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO “VIVE MALHAPÃO 2019”, NOS DIAS 6 A 8 DE SETEMBRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência à ADAMA – Associação dos Amigos de Malhapão, de diverso material, nos dias 6 a 8 de setembro, para apoio à realização do evento “Vive Malhapão 2019”.

PONTO 16 - E-MAIL DA ASSOCIAÇÃO JOVEM OIANENSE, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE 8 GRADES, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO “TRAIL / CORRIDA E CAMINHADA”, QUE SE REALIZA NA PRAÇA DO CRUZEIRO DE OIÃ, NO DIA 28 DE JULHO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência à Associação Jovem Oianense, de 8 grades, no dia 28 de julho, para apoio à realização do evento “Trail / Corrida e Caminhada”, que se realiza na Praça do Cruzeiro.

PONTO 17 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE 6 GRADES, PELA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE BUSTOS, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA “FESTA DE SÃO LOURENÇO “, QUE SE REALIZA DE 9 A 12 DE AGOSTO.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência à Fábrica da Igreja Paroquial de Bustos, de 6 grades, nos dias 9 a 12 de agosto, para apoio à realização da festa de São Lourenço.

PONTO 18 - E-MAIL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO BAIRRO, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE 10 GRADES, 3 ECO PONTOS E COLCHÕES DE GINÁSIO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA “2ª EDIÇÃO DO SUPER BOMBEIRO 2019”, QUE SE REALIZOU DE 15 A 19 DE JULHO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 12 DE JULHO.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente



Oliveira do Bairro câmara municipal

da Câmara em que autorizou a cedência à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, de diverso material, entre os dias 15 a 19 de julho, para apoio à realização do evento “2.ª Edição do Super Bombeiro”.....

PONTO 19 - DESPACHO N.º 205 – MANDATO 2017/2021, DO PRESIDENTE DA CÂMARA – ALTERAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO MÊS DE AGOSTO – PARA CONHECIMENTO......

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da Alteração da data de Realização das Reuniões Ordinárias do mês de agosto.

PONTO 20 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA VOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA – PARA CONHECIMENTO......

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que do processo do orçamento Participativo, surgiam ideias extraordinárias que fazem pensar, que por vezes não é o valor que está em causa, mas sim as ideias surgirem.....

Dirigindo-se aos proponentes presentes, disse que a participação dos mesmos tinha valido essencialmente pelo conjunto de ideias que tinham trazido para o Executivo poder executar.

Agradeceu ao Coordenador do Projeto Miguel Duarte, pelo facto de ter disponibilizado algumas horas das suas férias em família para estar presente e dar a conhecer o resultado das votações, convidando-o a fazer a apresentação do ponto da Ordem de Trabalhos.

O Coordenador do Projeto Miguel Duarte, informou quais os projetos mais votados do Orçamento Participativo 2019 a serem integrados no Orçamento Municipal 2020, no valor de 163.000,00 € (cento e sessenta e três mil euros):

Aquisição de Elevador Portátil para as Piscinas.....

Criação de Banco de Brinquedos Didáticos.....

Rota Pedestre BTM.....

Oliveira do Bairro Padel

Acrescentou que o valor total dos projetos apurados, era de 121.610,00€ (cento e vinte e um mil seiscentos e dez euros), existindo uma dotação remanescente de 41.390,00€ (quarenta e um mil, trezentos e noventa euros).....

Disse ainda que o projeto seguinte mais votado foi a construção de Área de Serviço para Autocaravanas pelo valor de 70.110,00€ (setenta mil, cento e dez euros), o que significa que o diferencial é de 28.720,00€ (vinte e oito mil, setecentos e vinte euros), podendo a situação ser



Oliveira do Bairro câmara municipal

analisada uma vez que a Câmara Municipal poderá reforçar a dotação do Orçamento Participativo, podendo também o Coordenador do Projeto propor à Câmara Municipal alternativas, mas o valor é algo significativo.

Referiu que no presente ano estiveram a votação doze projetos, verificando-se assim um aumento significativo comparativamente ao ano anterior, no qual se registaram apenas quatro projetos.

Agradeceu aos proponentes e a todos os que com o seu voto tinham participado no Orçamento Participativo.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o projeto da construção de área de serviço para autocaravanas, iria ser analisado, de forma a ser verificada a possibilidade do seu ajustamento ao orçamento.

O **Vereador António Mota**, referiu que apesar de se ver projetos interessantes, como tinha referido o Presidente da Câmara, isso não era o mais importante porque os mesmos não eram colocados em prática, esperando que quando chegar ao próximo ano não se fale dos projetos que ainda não foram executados referentes ao Orçamento Participativo do ano de 2018, porque muito pouco se tinha feito. Solicitou aos proponentes eleitos que pressionem para que a execução dos projetos aconteça, porque pode criar um descrédito para futuras edições.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, dirigiu os parabéns aos proponentes que viram as suas propostas vencedoras.

Disse verificar-se uma melhoria na participação dos concidadãos, pelo menos no que diz respeito ao nível de propostas apresentadas, o que demonstra a preocupação da melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Referiu que quando se começar a ver no terreno a execução dos projetos aprovados, supõe que o nível de inscrições aumentará.

O **Vereador Rui Santos**, felicitou o trabalho notável desenvolvido pelo Coordenador do Projeto Miguel Duarte.

Referiu que os projetos apresentados, quase todos se focavam em questões básicas do Concelho de Oliveira do Bairro e, no seu entendimento, o objetivo não era esse, demonstrando que ainda há necessidades básicas sentidas pelos munícipes. Disse que deveria arranjar-se forma de estimular a criatividade de quem participa.

O **Presidente da Câmara**, reportando-se ao Orçamento Participativo 2018 esclareceu que pela dimensão dos projetos, é obrigatório que se façam procedimentos de consulta prévia, sendo que uma das obras estava em curso, outra tinha já o contrato feito para a sua aplicação e a terceira estava também em elaboração, sendo que um dos objetivos era que as obras fossem concretizadas durante o presente ano, não estão ainda visíveis, contudo os processos estão a decorrer.

O **Vereador António Mota**, referiu que à semelhança do que tinha acontecido no ano anterior, na sua opinião o quarto projeto deveria ser analisado, por ser um projeto interessante e de inexistência



Oliveira do Bairro câmara municipal

total no Concelho de Oliveira do Bairro, podendo trazer uma mais valia ao Concelho.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento dos resultados da votação no Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro.

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **24 de julho** do ano de **2019**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **1.534.138 Euros e 67 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **710.146 Euros e 59 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **2.244.285 Euros e 26 Cêntimos**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Fernando Henriques, residente na Freguesia de Oliveira do Bairro.

Reportando-se à escola do Cercal e às obras que estavam em curso, devido ao projeto que tinha ficado em terceiro lugar na primeira edição do Orçamento Participativo, referiu que houve situações que não ficaram contempladas devido ao orçamento, mas alertou que essas obras deveriam ser feitas, nomeadamente substituição das janelas das casas de banho e o telhado do anexo não tinha sido lavado contendo ervas que provocam infiltrações.

Sugeriu que estando o empreiteiro no local, a Câmara poderia avançar com mais alguma verba para que essas pequenas obras fossem realizadas. Acrescentou que teve conhecimento que o empreiteiro já tinha feito chegar o orçamento dessas obras à Câmara e seriam cerca de seiscentos euros.

Pedro Maia, residente na freguesia de Oiã.

Referiu que mais uma vez iria falar sobre os animais abandonados e na sua última intervenção sobre o tema, foi-lhe dito pela Vereadora Lília Ana Águas, que durante a Expo Bairrada iria ser feita a divulgação necessária para sensibilizar as pessoas a adotar um animal. Questionou que publicidade tinha sido feita, pois não se tinha apercebido que tivesse havido alguma divulgação.

Deu conhecimento que tem salvo alguns gatos da rua, nos últimos dois meses e não vê nada a ser feito por parte da Câmara Municipal, que gasta dinheiro em tantas outras coisas, mas no que respeita aos animais abandonados, não vê que se esteja a fazer algo, apenas publicidade que não chega a lado nenhum.

Referiu que se fazem as festas, eram colocados os outdoors, que custam dinheiro que poderia ser utilizado para resolver algumas questões, mas depois também não eram recolhidos.

Reportou-se ao grupo motard de Oiã, que diz não ver que façam alguma coisa, não produzem cultura e estavam a ocupar um espaço privilegiado de Oiã sobre o qual não pagam renda, no entanto não contribuem em nada para a sociedade e deveriam ter deveres perante esta, por aquilo que estavam



Oliveira do Bairro câmara municipal

a receber do Município. Referiu que recentemente tinha sido feito um investimento de vinte mil euros, mas não consegue perceber em quê.....

O **Presidente da Câmara**, dirigindo-se ao Sr. Fernando Henriques, informou que o Eng.º Gustavo se encontrava no seu período de férias e por isso seja natural que o referido orçamento ainda não lhe tenha chegado às mãos, mas assim que chegar certamente será analisado, contudo por vezes não é por má vontade da Câmara Municipal não querer avançar com uma obra, mas há princípios que têm que ser cumpridos. Acrescentou que não se podia esquecer que tem que se respeitar os princípios do orçamento participativo

Relativamente aos animais disse que tinha sido feita publicidade nomeadamente na Festa da Criança, no sentido da adoção dos mesmos e foram adotados todos os animais que estavam para ser adotados. Acrescentou que a publicidade também tinha sido feita na Expo Bairrada.....

Informou que recentemente tinha sido feita recolha de três gatos em Oiã e que já lhes foi dado um destino, estando alguém a cuidar dos mesmos para a sua recuperação.

No que diz respeito ao grupo de motards de Oiã, esclareceu que recentemente tinha sido aprovado a cedência de materiais no valor de cerca de dois mil euros para requalificação do espaço, sendo que a mão de obra era feita pelos mesmos, havendo essa cooperação com todas as associações do Concelho.

.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram quinze horas e cinquenta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato



Oliveira do Bairro câmara municipal

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos